



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 7ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
1.2 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/2/2014

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 4.929 a 4.935/2014 - Requerimentos n°s 7.174 a 7.189/2014 - Comunicações: Comunicação do deputado Bosco - Questões de Ordem - Oradores Inscritos: Discurso do deputado Bonifácio Mourão - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Agostinho Patrus Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Inácio Franco - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O deputado Agostinho Patrus Filho, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O deputado Marques Abreu, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Bruno Rezende da Silveira, delegado de polícia, prestando informações relativas ao Requerimento n° 5.616/2013, da Comissão de Direitos Humanos.



Do Sr. Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.942/2013, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Do Sr. Cássio Soares, secretário de Trabalho, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.463/2013, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Do FNDE (8) informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. George Alex Lima de Souza, chefe da Assessoria Parlamentar da Anac, prestando informações relativas ao requerimento da deputada Liza Prado encaminhado por meio do Ofício nº 2.260/2013/SGM.

Do Sr. Geraldo Flávio Vasques, procurador-geral de Justiça Adjunto Institucional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.797/2013, da Comissão de Meio Ambiente.

Do Sr. Josué Costa Valadão, secretário municipal de Governo, prestando informações relativas ao requerimento do deputado Anselmo José Domingos encaminhado por meio do Ofício nº 2.988/2013/SGM.

Do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, secretário adjunto de Casa Civil, prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 2.901, 3.196, 3.276, 3.383/2012, 3.687, 3.761, 3.776, 3.851, 3.872, 3.885, 3.924, 3.928, 3.996, 4.051, 4.211, 4.220, 4.230, 4.257, 4.294, 4.475, 4.500, 4.543/2013, em atenção a pedidos de diligência da Comissão de Justiça; 3.498/2012, em atenção a pedido de diligência da Comissão da Pessoa com Deficiência; e 3.623/2012, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Fiscalização Financeira. (- Anexem-se o ofício e as informações aos respectivos projetos de lei.)

Do Sr. Marcelo Mattar Diniz, promotor de justiça, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.967/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (5), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.135 e 6.422/2013, do deputado Anselmo José Domingos; 5.843/2013, da Comissão de Direitos Humanos; 6.016 e 6.645/2013, da Comissão de Cultura.

Da Sra. Renata Vilhena, secretária de Planejamento (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.320 e 6.420/2013, da Comissão de Participação Popular.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente - A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.929/2014

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de São Geraldo do Jataí, com sede no Município de Curvelo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de São Geraldo do Jataí, com sede no Município de Curvelo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de fevereiro de 2014.

Sávio Souza Cruz

Justificação: Constituída há quase uma década com o objetivo de defender os interesses dos moradores de São Geraldo do Jataí, a Associação Comunitária de São Geraldo do Jataí vem desenvolvendo ações de combate à fome e à pobreza rural, assistindo famílias carentes e promovendo a união dos moradores, entre outras coisas, na busca de melhorias para a comunidade. Por todo o trabalho desenvolvido, a instituição merece ter sua utilidade pública reconhecida.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.930/2014

Declara de utilidade pública a Associação dos Artesãos e Agricultores Familiares de Goianá, com sede no Município de Goianá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Artesãos e Agricultores Familiares de Goianá, com sede no Município de Goianá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de fevereiro de 2014.

Leonardo Moreira

Justificação: A Associação Artesãos e Agricultores Familiares de Goianá, com sede no Município de Goianá, fundada em 9/9/2010, com personalidade jurídica própria, é uma entidade civil sem fins lucrativos e de duração indeterminada; está em pleno e regular funcionamento há mais de um ano e cumpre suas finalidades estatutárias e sociais.

A Associação tem por finalidade prestar serviços que possam contribuir para a valorização das atividades dos artesãos e dos trabalhadores da agricultura familiar, proporcionando aos associados e a seus dependentes atividades culturais, esportivas, assistenciais.

O título declaratório de utilidade pública é, portanto, de extrema importância para a ampliação do trabalho dessa entidade e o prosseguimento de seus projetos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.931/2014

Declara de utilidade pública o Rotary Club de Curvelo - Norte, com sede no Município de Curvelo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Rotary Club de Curvelo - Norte, com sede no Município de Curvelo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de fevereiro de 2014.

Sávio Souza Cruz

Justificação: Tendo como objetivo principal estimular e fomentar o ideal de servir, o Rotary Club de Curvelo - Norte foi fundado em 11 de maio de 1995. Atuando por meio de planos de ação, projetos e programas, o Rotary presta serviços à comunidade curvelana em parceria com outras entidades e com órgãos do setor público, utilizando-se de doações de recursos físicos, humanos e financeiros, sendo hoje entidade fundamental na ação social do Município de Curvelo.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.932/2014

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Brasilândia, com sede no Município de Frei Inocêncio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Brasilândia, com sede no Município de Frei Inocêncio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de fevereiro de 2014.

Leonardo Moreira

Justificação: A Associação Comunitária dos Moradores de Brasilândia, com sede no Município de Frei Inocêncio, fundada em 25 de maio de 2001, é uma entidade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria e de duração indeterminada. Está em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais.

A associação tem por finalidade promover, apoiar, coordenar e orientar iniciativas que visem prestar assistência social e combater a fome e a pobreza; proteger a família, a infância, a juventude e a velhice; e desenvolver atividades culturais, esportivas, recreativas e sociais no município.

A concessão do título declaratório de utilidade pública estadual é, portanto, de extrema importância para a ampliação do trabalho dessa entidade e o prosseguimento de seus projetos, que contribuem para o bem-estar dos cidadãos e colaboram na execução das políticas públicas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.933/2014

Altera dispositivos da Lei nº 21.121, de 3 de janeiro de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica acrescido ao art. 1º da Lei nº 21.221, de 3 de janeiro de 2014, o seguinte § 2º, com a redação que se segue, renumerado-se como § 1º o atual parágrafo único:

“Art. 1º - (...)

§ 2º - Os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda individual inferior a dois salários mínimos, terão o desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens.

Art. 2º - Para usufruir da gratuidade prevista nesta lei, o beneficiário deverá solicitar à empresa delegatária a reserva de assento com, no mínimo, três horas de antecedência do horário previsto de partida do veículo.”

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Reuniões, 19 de fevereiro de 2014.

Ana Maria Resende

Justificação: Este projeto é de suma importância, pois, de acordo com o Estatuto do Idoso, a Lei nº 10.741, de 2003, o Decreto nº 5.934, de 2006, e a Resolução ANTT nº 1.692/2006, as empresas prestadoras de serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros devem reservar aos idosos, que preencham os requisitos de idade e renda, dois assentos gratuitos, em cada ônibus convencional, e, quando esses assentos já estiverem preenchidos, conceder desconto mínimo de 50% no valor da passagem para ocupação dos demais assentos. Dispõe também que o bilhete de viagem do idoso deve ser solicitado com antecedência de, pelo menos, 3 (três) horas em relação ao horário de partida do ponto inicial da linha.

A medida visa adequar nossa legislação estadual à federal e ampliar a atenção ao idoso, melhorando a sua qualidade de vida, garantindo-lhe o acesso gratuito ou o desconto de 50% no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros. Assim, estaremos contribuindo para um estado mais justo e solidário.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas na aprovação deste projeto de lei.



- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 331/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.934/2014

Dispõe sobre a obrigatoriedade de autovistoria pelos clubes recreativos e estabelecimentos congêneres e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os clubes recreativos e estabelecimentos congêneres ficam obrigados a realizar autovistoria, por profissionais ou empresas habilitadas junto ao respectivo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA-MG - ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais - CAU-MG.

Art. 2º - O funcionamento dos clubes recreativos e estabelecimentos congêneres dependerá, obrigatoriamente, da obtenção de laudo técnico que comprove perfeitas condições nos equipamentos.

Parágrafo único - O laudo técnico a que se refere o *caput* deste artigo deverá:

- a) ser emitido por profissional legalmente habilitado no CREA-MG ou no CAU-MG;
- b) ser precedido de anotação de responsabilidade técnica registrada no CREA-MG ou no CAU-MG;
- c) ter validade máxima de 1 (um) ano.

Art. 3º - Os clubes recreativos e estabelecimentos congêneres que descumprirem esta lei estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- I - advertência, na primeira ocorrência;
- II - multa no valor de 1.000 Ufemgs (mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), cobrada em dobro em caso de reincidência;
- III - multa equivalente ao dobro da prevista no inciso II deste artigo, nas ocorrências subsequentes, e suspensão temporária das atividades do infrator pelo prazo máximo de trinta dias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de fevereiro de 2014.

Marques Abreu

Justificação: Recentemente, um acidente ocorrido no clube recreativo Jaraguá Country Clube, em Belo Horizonte, provocou a morte de uma menina de 8 anos de idade. Esse fato se deu em razão de falha no sistema de sucção da piscina.

O fato chamou a atenção do País para a ausência ou precariedade de manutenção das piscinas dos clubes recreativos, bem como da falta de fiscalização do poder público, permitindo o uso do equipamento defeituoso, prejudicando a segurança dos frequentadores e colocando em risco o nosso bem mais precioso, a vida.

Esta Casa não pode se omitir diante de tão lamentável episódio, revelando-se necessária legislação estadual visando aumentar o rigor da fiscalização e da prevenção, evitando-se a repetição desse acontecimento.

É certo que os órgãos técnicos competentes, CREA-MG e CAU-MG, dispõem de soluções para ampliar a segurança do sistema de sucção e dos demais equipamentos de piscinas, parques e áreas de lazer instaladas dentro dos clubes.

Nesse sentido, foi elaborada esta proposição, que, sem onerar o Estado, cria a obrigação de autovistoria para os parques de diversão e estabelecimentos congêneres, sob supervisão de profissionais ou empresas habilitadas junto ao CREA-MG, sem prejuízo da aplicação das demais normas e fiscalizações em vigor.

Sendo assim, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta relevante iniciativa legislativa no Estado de Minas Gerais.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.935/2014

Declara de utilidade pública o Lions Clube de Uberlândia 21 de Abril, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lions Clube de Uberlândia 21 de Abril, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de fevereiro de 2014.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: A entidade tem como finalidade desenvolver ações de cunho beneficente e aplicá-los em favor de indivíduos e grupos familiares, possibilitando-lhes assim atenção básica e crescimento moral e social digno.

Diante da importância das ações realizadas pelo Lions Clube Uberlândia 21 de Abril, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei, que pretende declarar a entidade utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 7.174/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 56º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de um homem e pela apreensão de cinco armas de fogo, em 14 de fevereiro, em Piranguçu; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado.



Nº 7.175/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de um homem e apreensão de três tabletes de *crack*, em 14 de fevereiro, em Contagem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.176/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 22º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de duas pessoas e apreensão de sete armas de fogo, em 15 de fevereiro, em Belo Horizonte; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.177/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de duas pessoas e apreensão de 8kg de maconha, em 15 de fevereiro, em Belo Horizonte; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.178/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 10ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito, pela apreensão de armas e munições, em 13 de fevereiro, em Carmo do Paranaíba; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.179/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 13ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela prisão de sete pessoas e apreensão de grande quantidade de drogas e armas, em 6 de fevereiro, em Formiga; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.180/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 15ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela prisão de um homem e apreensão de drogas, uma balança de precisão, três celulares, dois cartões de crédito e quantia em dinheiro, em 17 de fevereiro, em Sabará; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.181/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Cia. PM TM/34º BPM pela prisão de um jovem de 19 anos com 400 pedras de *crack* e material de embalagem para as drogas, em 14 de fevereiro, em Belo Horizonte. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.182/2014, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a nova diretoria do Tribunal de Justiça Militar.

Nº 7.183/2014, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a nova diretoria da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

Nº 7.184/2014, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a nova diretoria da Associação Mineira do Ministério Público. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

Nº 7.185/2014, do deputado Inácio Franco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Bonfinópolis de Minas pelos 51 anos de emancipação desse município.

Nº 7.186/2014, do deputado Inácio Franco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de São José da Varginha pelos 51 anos de emancipação desse município.

Nº 7.187/2014, do deputado Inácio Franco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Conceição do Pará pelos 51 anos de emancipação desse município.

Nº 7.188/2014, do deputado Inácio Franco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Florestal pelos 51 anos de emancipação desse município. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.189/2014, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre as providências tomadas em decorrência das denúncias de abuso de poder e violência policial que teriam ocorrido no Município de Felixlândia. (- À Mesa da Assembleia.)

Comunicações

- É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Bosco.

Questões de Ordem

O deputado Rômulo Viegas - Muito obrigado, deputado Ivair Nogueira, V. Exa. sempre dentro da legalidade, mas também procurando, na democracia, atender aos companheiros aqui da Casa. Quero aqui mandar um abraço para o governador Anastasia e para a Profa. Ana Lúcia Gazzola, secretária de Educação, pelo brilhantismo do trabalho que vem fazendo à frente dessa Secretaria. Minas Gerais hoje destaca-se no cenário de toda a imprensa, comemorando a conquista do índice de alfabetização de países ricos. Por meio do Programa de Avaliação de Alfabetização - Proalfa -, Minas Gerais hoje está muito avançada. Para se ter ideia, os alunos de 8 anos conseguem ler, escrever e interpretar textos, adequados para a idade deles. Portanto, nós queremos reconhecer esse programa. Queremos também parabenizar o Programa de Intervenção Pedagógica - PIP - do governo do Estado, que auxilia as escolas, professores e pais. Então, deputado Agostinho Patrus Filho, Minas Gerais, com o programa Proalfa, está batendo recordes de países ricos. Portanto, deste Plenário - tenho certeza de que V. Exa. concorda -, apresentamos o nosso reconhecimento, o nosso cumprimento à secretária Ana Lúcia Gazzola, às professoras, aos pais e, claro, aos alunos, merecedores desse grande destaque. Simultaneamente, parabenizamos o governador Anastasia, que, anteontem, lançou um pacote para ajudar a segurança pública do Estado, com todas as dificuldades inerentes ao processo. Nós sabemos das dificuldades. O governo do Estado, como os demais governos estaduais, precisa de mais recursos por parte da União para combater, lamentavelmente, esse excesso de violência e de crimes que assolam o Brasil. Está pelas ruas de todo o Brasil uma onda enorme de crimes, assolando a vida do cidadão pacato, do homem do trabalho, da mulher. Então queremos também parabenizar o governador Anastasia e toda a sua equipe por esse trabalho, que vem fazendo a diferença. Vemos



Minas Gerais, do tamanho que é, com a quantidade de municípios que tem, com a receita dependendo cada vez mais de exportações. Lamentamos que a União continue ainda com essa concentração enorme de recursos nas suas mãos. Por outro lado, encerro cumprimentando de fato o governador Anastasia e a secretária Ana Lúcia Gazzola por esse brilhante resultado, que destaca a educação de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, esta semana vários deputados usaram a tribuna para falar sobre questões relativas ao porto de Cuba e investimentos brasileiros naquele país, e eu gostaria de fazer algumas considerações. Há alguns dias, assisti a uma reportagem da TV Record, da Record News, em que um dirigente da Fiesp explicava direitinho no que consistem os investimentos do nosso país em Cuba, dizendo da sua importância. Disse que, na sua maioria, são recursos privados; que o governo brasileiro está correto - isso na visão dos dirigentes da Fiesp; que é uma oportunidade muito grande para o Brasil ampliar a nossa presença no Caribe e até na América do Norte, dada a localização geográfica de Cuba, levando em consideração também que o Canal do Panamá será ampliado, podendo receber navios de grande porte, e também fazendo a ligação ainda mais forte entre o Pacífico e o Atlântico; que já há em Cuba 300 empresas brasileiras trabalhando e gerando recursos; que o porto, construído por empresas brasileiras, tem todos os equipamentos e materiais utilizados na sua construção adquiridos no Brasil, levando o País a ocupar um espaço que sempre foi seu. O Brasil tem de ter uma presença forte na América Central, especialmente no Caribe, também pela proximidade da América do Norte. Então recomendo a todos os parlamentares que fizeram uso da palavra para criticar e condenar que pelo menos ouçam a opinião, não apenas do governo federal, mas também dos empresários, por exemplo, da Fiesp, da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que considera que o Brasil está agindo corretamente; que esse investimento trará empregos - e bons empregos - não só em Cuba, mas especialmente no Brasil, já que os equipamentos serão fabricados no nosso país; que as empresas que estão trabalhando lá são brasileiras, e que o Brasil é um país importante no cenário mundial, portanto não pode ficar refém de uma política tacanha que acha que só podemos nos relacionar com os Estados Unidos ou com países da Europa. Nossa política econômica, nosso relacionamento inaugurado com o presidente Lula, é também com os países do terceiro mundo, como a África, e agora especialmente com os países do Caribe, tendo Cuba como referência. Não pude falar na reunião de ontem, quando esse assunto foi abordado, no meu modo de entender, de forma equivocada e até tacanha, porque não querem ver o nosso país atuando como um grande protagonista comercial no mundo. E todos sabem que Cuba tem caminhado muito fortemente para ficar livre desse embargo injusto e antiquado, que não tem nada a ver com o mundo atual. Espero que ainda nesta década vejamos o fim do embargo comercial e cultural dos americanos para com um pequeno país, que tem mostrado para todo o mundo que, apesar do estrangulamento econômico a que foi submetido durante décadas, continua forte e firme. Tanto é que, numa inversão muito forte, uma pequena ilha, ou seja, um pequeno país consegue mandar médicos, deputado Doutor Wilson, para o Brasil, e não o contrário. Ontem não pude usar a palavra, mas hoje quero dizer que é importante o Brasil atuar realmente como protagonista, que tem a visão do mundo como um todo sem ficar preso na Guerra Fria, que, aliás, já acabou. O que precisamos fazer é ampliar ainda mais a nossa presença no primeiro mundo, assim como nos outros países, conforme temos feito. Quero recomendar a todos que nos estão vendo pela TV Assembleia que entrem no Youtube e digitem "Porto de Cuba, Record News", onde poderão assistir a uma entrevista de um dirigente da poderosa Fiesp dizendo que o Brasil está mais do que correto em fazer os investimentos no Porto de Cuba. Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, neste momento, neste início dos nossos trabalhos, quero cumprimentar de forma muito especial os dirigentes da Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo, de Campo Belo, entre as santas casas de toda a nossa Minas Gerais. Muitas enfrentam problemas e já tiveram as portas fechadas por dificuldades financeiras. A Santa Casa de Misericórdia de Campo Belo, presidente, completou no ano passado 100 anos de existência sem nunca ter fechado, por um momento, sequer, suas portas para o atendimento à população. Vejo que os hospitais mereceriam tratamento diferenciado, especialmente as santas casas, porque assumem toda a responsabilidade e o mais pesado ônus. Além disso, o atendimento é quase 100% pelo SUS e não há uma política de valorização desses estabelecimentos de saúde. Quando peço a participação dos demais pares desta Casa e a V. Exa. este momento de atenção, é porque temos muito a comemorar em Campo Belo. Presidente deputado Ivair Nogueira, V. Exa. foi prefeito de Betim, cidade da nossa região metropolitana com enormes problemas. Sei que teve uma conduta retilínea, especialmente na saúde e no esporte e deixou marcas do trabalho eficaz prestado à municipalidade de Betim. Presidente Ivair, a santa casa agora já está recebendo, ou melhor, adquirindo um tomógrafo para a realização de exames de tomografia em Campo Belo. Veja bem que hoje, quando necessários, esses exames são feitos na RMBH. É preciso vir à capital mineira para realizá-los e depois continuar o atendimento na saúde. Deputado Ivair, sou muito preocupado com a saúde dos municípios, ou melhor, o sistema de saúde dos municípios. Um dia tive oportunidade de dirigir os destinos da cidade de Campo Belo como prefeito municipal. Quando terminei o mandato, em todos os cantos da cidade, diziam: "O prefeito Duarte foi o prefeito da saúde". Valorizei a saúde, deixando instalados cinco leitos de tratamento intensivo na santa casa. Antes da minha chegada, não existia nenhum. Deixei, presidente Ivair, construído, edificado e funcionando o Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança, com realização de exames de mamografia e ultrassom, que antes, deputado Wilson, eram realizados em Santo Antônio do Monte. Além disso, deixei construída uma farmácia, assim como um centro odontológico, com recursos do município. Veja bem, presidente. Hoje quero brindar a chegada do tomógrafo para a santa casa, o que possibilitará a realização de exames de tomografia para as pessoas mais carentes que não têm capacidade de pagar um exame como esse. Às vezes cada exame desse custa perto ou mais até de R\$1.000,00. Realmente, estou muito feliz de poder comemorar essa conquista para a santa casa de Campo Belo. Aliás, vai ser uma conquista, deputado Wander Borges, para a região porque toda ela será beneficiada. Cristais, Aguanil, Candeias, Santana do Jacaré, Cana Verde, Perdões, São Francisco de Paulo e Camacho, cidades que não têm atendimento de tomografia, mas a partir de agora passam a ter, com a chegada do aparelho de tomografia, que vai ser instalado na santa casa. O agradecimento é para o governo de Minas pela benevolência, pela visão ao atender nosso pedido e liberar recurso para a santa casa para aquisição desse tomógrafo. A partir de agora, deputado Rogério Correia, a população de Campo Belo não vai mais precisar vir a Belo Horizonte para fazer tomografia. Pelo SUS, teremos na santa casa tomografia computadorizada, uma grande conquista para toda a região, e eu gostaria, claro, de participar meus pares desta Casa desse feito e comemorar com muita alegria essa conquista com toda a população do entorno de Campo Belo. Muito obrigado, presidente.



O deputado Doutor Wilson Batista - Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento. Quando os defensores do governo federal vêm aqui, defendem alguns programas em que vejo distorções absurdas. Sendo imparcial, todos somos favoráveis ao programa Mais Médicos no Brasil. Todos somos favoráveis, mas não basta apenas um médico, uma mesa e uma cadeira. O médico não vai fazer milagre dessa forma; precisamos de mais acesso a exames diagnósticos, precisamos reduzir as filas de espera nos hospitais, precisamos ampliar o acesso a cirurgias e procedimentos importantes. Pacientes hoje morrem à espera de uma cirurgia cardíaca, de uma cirurgia vascular e ortopédica. É disso que precisamos. Precisamos de médicos no Brasil, mas de médicos que venham atuar de forma adequada, com hospitais adequados, com o aperfeiçoamento necessário para fazer trabalho digno. Não precisamos apenas de médicos, mas, sim, de médicos treinados, de estrutura hospitalar decente para que as pessoas sejam atendidas com qualidade. O Prof. Pompílio disse que Cuba, um país daquele tamanho, consegue mandar médico para o Brasil. Por que o Brasil, com toda esta extensão, não consegue formar número suficiente de médicos para atender a população brasileira há 12 anos? Por que não abrir novas vagas para que os estudantes brasileiros tenham acesso ao curso de medicina e façam o curso com qualidade? Por que não fortalecer nossas universidades e a qualidade de ensino do médico brasileiro, por que não valorizá-lo? Por que não fazemos isso? Importamos médicos de Cuba, como o deputado Pompílio disse, um país pequeno, um país que certamente não tem condições de formar médicos com o treinamento necessário para enfrentar hoje as dificuldades, as mazelas do SUS no Brasil. Então é preciso que fique claro que todos somos favoráveis ao Mais Médicos, mas que se deem aos médicos as condições de trabalho necessárias para que exerçam a medicina com qualidade, para que os diagnósticos sejam feitos corretamente, para que os pacientes façam tratamento de forma correta, sem ter de enfrentar fila nos hospitais. Hoje enfrentam filas e fórum para, através de medida judicial, terem tratamento adequado. São milhares de pacientes nessa situação, sou testemunha disso. No Rio de Janeiro, no Brasil afora, são milhares de pacientes morrendo nos corredores de hospitais. Será que essa importação de médicos, sem uma estrutura hospitalar decente no País, vai corrigir as dificuldades e os sofrimentos que os nossos pacientes enfrentam hoje no SUS? Isso é claramente uma medida tomada dentro de um gabinete, por quem não está ao lado do povo nas ruas, não enfrenta os corredores dos hospitais, as filas que nossos pacientes enfrentam hoje. É um absurdo, são medidas apressadas que têm sentido meramente eleitoral. Isso é para salvar da atual solidão o governo federal, que não dá a resposta aos questionamentos da nossa população brasileira, que não melhora a qualidade dos transportes e que não melhora a qualidade da nossa segurança. Somos campeões de homicídios no Brasil. São 45 mil mortes por ano no Brasil. Medidas poderiam ser tomadas pela presidenta de uma forma corajosa. Aí, sim, daria a resposta aos anseios da nossa população.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicitei a questão de ordem para tratar de um assunto de segurança pública aqui, em Belo Horizonte, e no Estado. Entretanto, aproveito as palavras do deputado Doutor Wilson para, mais uma vez, deixar clara a diferença dos pontos de vista. Sendo um governo do PT, mantendo-se o governo da Dilma, manteremos os médicos cubanos. Enquanto não houver médicos suficientes no Brasil, outros médicos estrangeiros virão. Esse é o compromisso da Dilma. Já do ponto de vista do governo apoiado pelo partido do deputado Doutor Wilson, não virão médicos cubanos, e, portanto, haverá menos médicos. É uma opção, e já sabemos disso. Inclusive, o senador Aécio também é contra médicos cubanos. Com o governo do PSDB, haverá menos médicos, e os médicos cubanos não entrarão aqui. Com o governo do PT, eles continuarão entrando. É uma diferença que já está clara. Na minha opinião, é necessário que o povo brasileiro seja atendido por médicos. Então, enquanto não houver médicos suficientes, eles continuarão entrando. Onde os médicos cubanos estão, com raríssimas exceções, tudo tem dado certo, e o povo está aplaudindo esses médicos. Se o governo do PSDB entrar - e espero que não entre - irão retirar os médicos cubanos. Essa é uma diferença que está aí e é muito clara. O deputado Doutor Wilson vive xingando os médicos cubanos e vai tirá-los daqui a pontapé, se deixarmos. No nosso caso, eles serão tratados com carinho e permanecerão em Minas Gerais e no nosso país. Sr. Presidente, o assunto que me traz aqui é outro. O nosso secretário Rômulo Ferraz anunciou que, em 10 dias, irá lançar um novo plano de segurança pública no Estado. Vou esperar, com muita ansiedade, que esse plano seja apresentado, porque, de fato, os dados de segurança pública são alarmantes. É claro que o problema de segurança pública é nacional. A segurança é algo que precisa ser melhorado no Brasil e no mundo. Além disso, há no sistema que enfrentamos mundialmente, que é o capitalismo, uma ausência muito grande de divisão de renda. Há muita concentração de renda, que eleva o grau de violência em todo o mundo. Isso é inerente ao sistema capitalista em que a humanidade vive. É preciso que tenhamos condições de prevenir a violência de maneira mais eficaz. Como os dados em Minas Gerais e em Belo Horizonte são preocupantes, eles levam o secretário, mesmo em fim de governo, a anunciar, em 10 dias, um novo plano. Ainda bem, pois é um reconhecimento de que a situação da segurança pública em Minas Gerais é alarmante. É preciso que a Secretaria de Defesa Social e o governo do Estado tratem do assunto e não fiquem apenas jogando a culpa no capitalismo mundial ou na presidenta Dilma. Ultimamente esse é o único esporte do governo. Ele não governa, mas delega responsabilidades. Eu não tenho nada com isso. Parece que o secretário Rômulo Ferraz, em vez de delegar responsabilidades, está anunciando um plano. E é bom que faça isso. Veja por que, presidente. Em 2013, foram registrados 87.996 crimes violentos em Minas. É o maior número registrado desde 2006. Um aumento de 22,7% no número de crimes violentos, como homicídio consumado, sequestro e cárcere privado, e de 26,7% em crimes contra o patrimônio. Foi o maior aumento do Brasil: 22,7% em crimes violentos e 26,7% em crimes contra o patrimônio. O número de homicídios subiu, em Minas, 6,7% e, em Belo Horizonte, 7,38%. Esses também foram os maiores índices do Brasil. Além disso, em Minas Gerais, registramos grande mortalidade por arma de fogo nas unidades federadas. Minas Gerais foi o Estado que teve o maior número do Sudeste, com um aumento de 64,2%. Então, em Minas Gerais, temos visto dados mais alarmantes do que no conjunto dos estados brasileiros. Dou mais um dado das companhias de seguro de carro: Belo Horizonte tem três vezes mais roubo de carro do que a média das capitais no Brasil. Então, os dados sobre criminalidade em Minas estão ultrapassando muito a média nacional, e isso tem de nos preocupar e fazer com que o governo do Estado anuncie programas e soluções para isso. Não pode simplesmente jogar a responsabilidade para os outros, como se não governasse Minas há tanto tempo. Então, Sr. Presidente, solicito a V. Exa. Que realizemos esse debate na Assembleia Legislativa com muita tranquilidade. E torço para que anúncios sejam feitos e para que levem em consideração o aumento da criminalidade que estamos tendo no Estado de Minas Gerais. Congratulo-me com o secretário Rômulo Ferraz e fico na espera do anúncio que fará de um novo plano de segurança pública. Aliás, não sou o único que



reclama. Ontem, eu e o deputado João Leite estivemos no Bairro Buritis, onde o pessoal reclamava do aumento da violência. Estive em São José da Lapa, na Cidade Administrativa, reclamando do aumento de roubo. Ontem, no Bairro Santa Efigênia, ligaram-me solicitando uma audiência pública no Bairro Castelo. Então, há um problema. Esse problema não pode ser imputado ao governo federal, enquanto o governo do Estado finge que não governa Minas. Espero do Dr. Rômulo que, de fato, venha um plano, e estamos dispostos a ajudar. Se preciso, solicitem ao governo federal ajuda da Força Nacional de Segurança, mas não fiquem reclamando e esperando a hora passar sem tomar cuidado com os fatores emergenciais e os dados alarmantes da segurança em Minas Gerais. Obrigado.

O deputado Wander Borges - Obrigado. Sr. Presidente. Deputados, quero fazer uma reflexão sobre a segurança pública da nação brasileira: temos a 4ª maior população carcerária do mundo; aqui a polícia prende 7,3 vezes mais do que a média mundial; a população carcerária cresceu 221,2% nos últimos 15 anos, enquanto a taxa de crescimento mundial foi de cerca de 30%; passamos de 170 mil pessoas presas em 1997 para aproximadamente 600 mil em 2012; e temos atualmente um déficit de 256 mil vagas no sistema presidiário brasileiro. Então, precisamos refletir a respeito da segurança pública. A questão é muito mais séria do que dizer que a culpa é de governo "a", "b" ou "c". O problema requerimento investimento na segurança pública, e isso deve ser feito por quem tem recurso, que é a União. Muito obrigado.

O deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, de forma democrática, vou rebater os dados apresentados pelo deputado Rogério Correia, mas começo fazendo o que fiz ontem na tribuna da Casa. De R\$100,00 que o deputado Rômulo Viegas paga de imposto, R\$70,00 ficam no bolso da Dilma, e R\$30,00 são divididos entre os demais estados e municípios. Para começar, quem deveria estar conversando aqui e discutindo investimento em segurança pública seríamos nós. Os governos estaduais de Minas, de São Paulo, enfim, todos estão clamando por investimento em segurança, mas quem tem o dinheiro e arrecada 70% dos impostos do Brasil gasta quase nada com a segurança nos estados. São dados oficiais, deputado Rogério Correia. Do que se gasta em segurança pública nos estados, 87% vem do caixa estadual. Apenas 13% - pasmem os senhores - vêm do governo federal, como se os estados fossem entes federados ricos e a União estivesse batendo lata, pedindo dinheiro. Mas é o contrário. Tinha de haver uma inversão. A União tinha de investir os 87% de recursos em segurança pública nos estados, mas ela não o faz. A União gasta apenas 13%, por isso os estados estão passando por essa situação. Mais que isso, deputado João Leite, grande parte dos problemas de segurança dos estados estão diretamente ligados ao consumo e ao tráfico de drogas. Qual programa ou quais programas tem o governo federal para resolver o problema do tráfico de drogas? Não conheço. Fiz um desafio, que ainda continua de pé, para que me apresentem um programa do governo federal para o combate ao tráfico de drogas, para combate ao consumo de drogas. Tudo isso está diretamente ligado à violência, principalmente nos grandes centros. Mudarei um pouco de assunto para tratar de um tema sobre o qual não posso deixar de falar, deputado Mourão. Deputado João Leite, se estivéssemos com nossa BR-381, de Belo Horizonte a Valadares, duplicada, se estivéssemos com o metrô de Belo Horizonte - Linha 1 funcionando completamente, Linha 2, Calafate-Barreiro, funcionando, indo até Contagem e Betim, conforme programa e projeto à época do governo do PSDB à frente do governo federal -, eu não discutiria, ficaria calado quanto ao dinheiro, aos US\$800.000.000,00 dados para Porto de Muriel, em Cuba. O nosso dinheiro, o dinheiro daqueles que pagam impostos, em vez de estar sendo gasto no Brasil, está sendo investido em Cuba. Mais que isso, e o deputado Rômulo Viegas falava aqui com toda a propriedade, se tivéssemos que emprestar alguma coisa para Cuba, deveria ser para bolsa-família, porque todos estão em situação de completa miséria naquele país. Não deveria ser para porto. Se vamos gastar com infraestrutura, comecemos com nosso país. Se vamos arrumar o telhado de alguma casa, vamos começar pelo nosso telhado, deputado Pompílio Canavez. Nem um metro da nossa BR-381 foi duplicado nos últimos 12 anos, embora isso tenha sido prometido em todas as eleições. Agora, nos últimos dois anos, isso foi prometido por cerca de 50 vezes. Mas nada saiu do papel ainda. Quanto ao metrô de Belo Horizonte, foram necessários 12 anos para colocar uma estaca. Foi colocada uma estaca do metrô, além do que foi feito no governo Fernando Henrique. Não fizeram sequer um metro, apenas puseram uma estaca. Tiveram 12 anos para fazer o projeto, deputado Pompílio Canavez. Foi necessário que o governo do Estado, no início do ano passado, dissesse ao governo federal que, já que não tinham a competência para elaborar os projetos, que lhes dessem a possibilidade de fazê-los. Os projetos já estão licitados e em confecção. E por que, senhoras e senhores? Porque é o governo do Estado que o está fazendo. Realizou a licitação e agora está indo atrás da confecção dos projetos do metrô. O governo federal teve 12 anos para fazer e não fez. Terminando, Sr. Presidente, o nosso dinheiro, os nossos US\$800.000.000,00, estão indo para Cuba. Belo Horizonte, Minas Gerais, o Brasil não estão precisando. Quem precisa de obra de infraestrutura, do dinheiro dos brasileiros, é Cuba, é Fidel, é Raul. Muito obrigado, presidente.

O deputado André Quintão - Presidente, tive oportunidade, na semana passada, de subir a esta tribuna exatamente para tratar da política de segurança, mas com outro enfoque. Acho estéril o debate de transferência de responsabilidades. Se entendermos que a questão das drogas é simplesmente de fronteira, nós nos esqueceremos, por exemplo, de quem a consome, do usuário de drogas. Talvez esse seja um debate a ser feito. Muitas vezes a mesma classe média alta, os ricos, que estão em situação de insegurança, assim como todos os brasileiros e mineiros, não estão com os olhos abertos para o consumo de drogas ou para o consumidor que está dentro da sua própria residência. Se não tivermos quem compre a droga, provavelmente não teremos quem a venda. Quanto aos usuários de drogas, dados revelam que hoje, infelizmente, boa parte dos homicídios, dos crimes, está relacionada ao uso e ao tráfico de drogas. Muitas vezes, principalmente aquele jovem negro, pobre, que entra na indústria do tráfico, já é um usuário contumaz de drogas. Ele entra nessa situação para alimentar seu vício, dar conta do seu próprio vício. Na média, somente 22,3% dos municípios brasileiros têm os chamados centros de atenção psicossocial álcool e drogas. Quando estamos num centro de referência de assistência social e encontramos uma família em situação de vulnerabilidade, que muitas vezes está relacionada ao uso de drogas, não vemos uma rede intersetorial que acolha aquele jovem. Falo isso como assistente social. Se você não trabalhar na redução do consumo de droga, se você não trabalhar no tratamento do usuário de droga, você estará simplesmente atribuindo a responsabilidade por essa sociedade violenta a A ou B. Repito: nossa sociedade está reproduzindo a cultura da violência e não a cultura da paz. Vemos a violência no trânsito. Quando uma pessoa que tem todos os requisitos sociais, renda e carro importado, embriaga-se e atropela um pai de família que está esperando um ônibus no ponto, isso é um sinal de violência. Quando uma pessoa está torcendo para seu time, mas exagera e



entra em confronto físico, dando tiro, invadindo a concentração; quando se deixa de comemorar um campeonato nacional por brigas entre torcidas, tudo isso também é um sinal de violência. A violência cometida contra a mulher, a violência por ciúme, a violência contra a criança, enfim o fenômeno da insegurança e da violência vai muito mais além do que simplesmente dizer que o problema é o governo federal não ter uma política nacional e não cuidar das fronteiras. É como dizer que o problema da segurança é o governo do Estado ter deixado de fazer isso ou aquilo. Cada órgão de governo tem seu nível de responsabilidade. O governo federal, o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma, tem tratado de um ponto fundamental, que são as políticas públicas sociais; que é o programa de transferência de renda, mas não só; que é a redução do desemprego; que é a incorporação dos jovens na universidade e nos institutos federais tecnológicos. Quando o governo federal estrutura uma rede de proteção social, está contribuindo, sim, para a redução do nível de violência e ampliando as oportunidades. No entanto devemos fazer uma reflexão porque, apesar disso, apesar da redução do desemprego, apesar da modernização da gestão pública, apesar do aumento da escolaridade e da presença dos jovens na universidade, estamos perdendo a batalha contra as drogas. Quem dera se a culpa fosse de A ou B. Se falarem que vão tirar o governo A - pode ser até do PT - e vão colocar o governo B para resolver a questão da segurança, terão até meu voto. Mas sabemos que não é assim. A questão é mais complexa, e este debate tem de ser mais aprofundado.

O deputado Cabo Júlio - Sr. presidente, esta semana foi anunciado, com toda a pompa, um projeto para colocar policiais nas ruas, o que todo cidadão mineiro louvou. Quanto mais policiais nas ruas, em tese, menos crime. Nesta madrugada, fui acordado por policiais do Batalhão Rotam - literalmente acordado - para me contarem que hoje foi lançado um programa para enganar a sociedade - tentarei ser muito educado em minha análise. Sabemos que o Batalhão Rotam é uma tropa especializada que chamamos de recobrimento e que trabalha com quatro policiais armados de fuzis e coletes para fazer um grande enfrentamento ao crime, ou seja, atua em sequestros, assaltos a bancos, roubos, tráfico de drogas. Hoje, porém, houve um início de crise naquele batalhão, devido a ordens de algum inteligente na área de segurança pública - e existem tantos inteligentes criando factoides - que teve a ideia de esse batalhão sair às ruas com apenas dois policiais. Sabemos que um policial da viatura Rotam nunca pode abandoná-la por causa do armamento pesado que lá existe, então estaremos criando a tropa de elite do Batalhão Rotam com apenas um policial. Essa crise se estendeu pela manhã, quando os militares se negaram a sair às ruas, e continua. Recebi agora uma ligação do secretário Rômulo Ferraz, dizendo que estava buscando informações a esse respeito. Esse batalhão é a última instância do combate à criminalidade pesada e está em crise hoje, o que me preocupa, pois tudo em 1997 começou lá. Eles estão, repito, vendendo uma ideia não real para a sociedade. Já criaram aqui em Minas Gerais, líder Bonifácio Mourão, uma coisa maluca, literalmente maluca: uma viatura com um policial sozinho, chamada Patrulha Unitária. Imaginem 10 viaturas passando por nosso bairro com apenas um motorista, uma pessoa. Perguntem se esse policial, sozinho, abordará alguém. Perguntem se prenderá algum bandido. Não. Ele ficará enganando a sociedade com uma pseudosegurança, com uma viatura nova, com giroflex - aquela luzinha vermelha rodando -, mas não haverá combate algum à criminalidade. E, para piorar, está colocando em risco a vida do policial, pois, se quatro policiais em uma viatura Rotam não estão dando conta, imaginem dois. Tivemos, agora há pouco, uma ocorrência na Raja Gabaglia, no Bairro Nova Granada, e os policiais da Rotam só se deslocaram para lá porque há um grupo deles fazendo um curso na cidade e entraram para conhecer o local, onde prenderam um vereador comprando drogas. Houve troca de tiros. Os traficantes atiraram contra as viaturas e, aí, sim, os policiais da Rotam saíram de seu protesto para socorrer os colegas. Mas quero dizer que o Batalhão Rotam está em crise e não sairá às ruas. Costumamos brincar dizendo que, quando o cidadão está em perigo, chama a polícia e, quando essa precisa de cobertura, chama a Rotam, mas não terá essa cobertura. Queria que esses inteligentes que ficam discutindo segurança pública atrás de uma mesa com ar-condicionado fossem para o palco, para o teatro das operações policiais e parassem de enganar a sociedade. Eles dizem para ficarmos tranquilos, pois há cinco viaturas trabalhando nos bairros, mas isso não é verdade. É mentira, enganação. E os policiais estão colocando sua vida em risco. Quero terminar dizendo, presidente, que ninguém dá o que não tem. Se o policial sozinho não consegue dar segurança a si mesmo, não conseguirá dá-la à sociedade. Portanto, os batalhões de Rotam têm razão, precisam protestar mesmo e não sair às ruas, pois isso é um absurdo, é querer desmontar uma das unidades de elite da Polícia Militar de Minas Gerais, sob o engodo de uma falsa segurança pública. E a população do Estado não merece isso.

O deputado Sargento Rodrigues - Presidente, não poderia deixar de fazer uma manifestação nessa mesma linha. Obviamente, o nosso apelo é direcionado ao governador Anastasia, ao secretário Rômulo Ferraz e ao Cel. Márcio Martins Sant'Ana, comandante-geral da Polícia Militar. A estratégia de utilizar o chamado Batalhão Metrôpole, composto de alunos que estão no período acadêmico, é tranquila e sempre existiu como mais uma forma de reforçar o policiamento. Os alunos do curso de oficiais fazem isso. Existe uma companhia na Academia de Polícia Militar chamada Fernão Capelo Gaivota, criada com esse objetivo. O Batalhão Metrôpole destina policiais da atividade administrativa para fazer reforço. Essas medidas do comando são acertadas e bem-vindas para a sociedade, para a imprensa, para o governo. No Batalhão Rondas Táticas Metropolitanas, unidade de elite fundada em 14/2/1981 que tivemos a grandeza de homenagear aqui, as viaturas são compostas por quatro policiais altamente treinados e capacitados, diferenciados do restante da unidade de área. O 1º Batalhão cobre a região central de Belo Horizonte; o 22º Batalhão cobre a região Sul, na divisa com a região Oeste, juntamente com o 5º Batalhão; e assim por diante, o 13º e 16º Batalhões. A Rotam é chamada malha de recobrimento, é uma tropa de elite, é uma força-reserva do próprio comando para dar resposta ao que chamamos de criminalidade violenta, como assalto a banco, tráfico pesado de drogas, estupro seguido de morte e sequestro. As ocorrências de grande complexidade são direcionadas a esse tipo de policiamento. Dividir uma guarnição Rotam, composta de quatro policiais altamente treinados, e colocá-la numa viatura para rodar com dois policiais... Se o comando da Polícia Militar ou o governo queriam dar visibilidade à ação, errou na estratégia. As unidades da Rotam fustigam - numa linguagem "policialasca", fustigar é entrar para dentro de favelas e periferias e ir atrás do bandido antes que ele pratique o crime. No ano passado, trouxe um dado aqui, Rômulo. Como cada deputado atua numa área, às vezes não presta muita atenção ao que é dito. Em 10 anos, apenas o Batalhão Rotam apreendeu 11 mil armas de fogo. Mostramos isso para que os deputados tenham a dimensão do trabalho prestado por esses homens que honram a Polícia Militar de Minas Gerais com bravura e destreza e, acima de tudo, com entrega de corpo e alma. É isso que o policial Rotam faz, ou seja, entrega-se de corpo e alma à defesa da sociedade. Digo isso porque servi nessa unidade de 1988 a 1993 e conheço o sentimento desse pessoal. Hoje mais



cedo tive a grandeza de ligar para o Cel. Brito, atual chefe de Estado-Maior da Polícia Militar, e dizer-lhe: “Comandante, quero dar-lhe um *feedback*. Se eu estivesse hoje no comando de viatura, simplesmente cruzaria os braços, não faria nada, porque isso acaba com o entusiasmo, a vontade, a iniciativa de um nível mais avançado, acima dos demais, que os policiais da Rotam têm”. Quem serve nesse batalhão, Sr. Presidente, é um policial diferenciado e extremamente comprometido; não se preocupa com a carga horária de trabalho, fica 10, 12, 20, 30, 40 horas em apenas um turno de serviço, como já aconteceu comigo. Aí, eu afirmo: a estratégia utilizada para dar maior visibilidade, colocando dois policiais da Rotam numa viatura para fazer patrulhamento, foi um tiro no pé. O Cel. Sant’ana é um homem honrado, um comandante sério, uma pessoa que honra as tradições da Polícia Militar. Falo isso, deputado Duarte Bechir e deputado Bonifácio Mourão, porque conhecemos o Cel. Sant’ana. Ele é um homem íntegro, um homem sério, no entanto, precisamos fazer esse apelo a ele. Ele tem de demover a ordem de quem a deu, porque, senão, a tropa de capacidade de resposta, a tropa de reação do governo do Estado para enfrentar a criminalidade da pesada cruzará os braços. Como faremos, deputado Duarte Bechir? Temos latrocínios sendo cometidos, como, por exemplo, no Buritis, com um funcionário da Câmara, e aqui no Gutierrez. Tivemos um empresário lá em Esmeralda que foi morto com 14 tiros. Ora, essa tropa não deve ser utilizada como policiamento comum. O policiamento é de área, é diferente; tem seu enorme valor, mas é uma modalidade de policiamento diferente. Então, não podemos fazer isso.

Portanto, deputado Duarte Bechir, o apelo que faço a V. Exa. como vice-líder do governo e ao nosso grande e respeitado líder Bonifácio Mourão, a quem honramos e desejamos muitas alegrias, é que nos ajudem. Liguem para o governador ou para o comandante da PM e digam: “Olha, não façam isso. Lancem o Batalhão Metrópole, tirem o pessoal da administração, mas não dividam as equipes do Batalhão Rotam”. Se eu estivesse lá neste momento trabalhando no comando de uma viatura Rotam - à qual pertenci e a qual comandeiei durante cinco anos -, a expressão que eu iria usar não é adequada aqui, mas seria uma ducha de água fria. Você cruza os braços, não tem ânimo, sabem por quê? Porque a formação da tropa é diferente, a especificidade do trabalho é diferente, a vontade e a determinação deles são diferenciadas. O que eles querem, deputado Rômulo Viegas, é estar nas ruas, no combate ao crime, no fronte. Policial Rotam vai para o fronte, não espera a ocorrência ser anunciada. Ele vai antes, antecipa, quer desarmar o bandido antes de o fato acontecer. Sr. Presidente, quero agradecer a presença de V. Exa., que tão bem tem conduzido este Parlamento. Amanhã, com as bênçãos de Deus, V. Exa. deverá ser o nosso vice-governador. Porém, faço um apelo a V. Exa., ao líder Bonifácio Mourão, ao nosso companheiro Luiz Humberto Carneiro, para que entrem logo no circuito para que não tenhamos um trauma de maior proporção num momento inadequado. Estamos vivendo um grande momento na segurança pública. Não há queixas contra salário, o nosso pessoal está trabalhando bem, está em harmonia. Há um processo de promoção que reconhece hoje o valor dos nossos policiais. Por isso não podemos deixar isso acontecer, deputado Bonifácio Mourão. É algo que peço a V. Exa., que nos ajude a interceder. Não há problema algum de o Cel. Sant’ana dar a ordem e demover essa iniciativa, que é um tiro no pé. Não queremos que isso aconteça no momento que precisamos tanto da segurança pública em Minas Gerais.

Oradores Inscritos

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Com a palavra, o deputado Bonifácio Mourão.

- O deputado Bonifácio Mourão profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião. A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Presidente

A presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.331/2013, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O presidente - A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 20, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/12/2013

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Juarez Távora (substituindo o deputado Celinho do Sintrocél, por indicação da liderança do BAM) e Sebastião Costa (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.302/2012, em turno único (deputado Bosco); 2.597/2011 e 3.950/2013, em 2º turno, e 4.390/2013, em 1º turno (deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.597/2011 e 3.950/2013, ambos na forma do vencido em 1º turno (relatora: deputada Rosângela Reis); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.390/2013 (relatora: deputada Rosângela Reis). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende



a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, por unanimidade, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.303/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca a reunião extraordinária de 17/12/2013, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.

Rosângela Reis, presidente - Bosco - Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/2/2014

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nºs 4.406/2013 (relator: deputado Zé Maia). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.745/2011, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Adalclever Lopes. O Projeto de Lei nº 579/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Adalclever Lopes, aprovado pela comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2014.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - Romel Anízio - Ulysses Gomes - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/2/2014

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Wilson Batista, Glaycon Franco (substituindo o deputado Antonio Lerin, por indicação da Liderança do Bloco Avança Minas) e Gustavo Valadares (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar pareceres de redação final e a deliberar sobre proposições da Comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, das quais designou relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.898 e 3.547/2012 e 3.951, 3.992, 4.133, 4.327, 4.363, 4.397, 4.444, 4.463, 4.479, 4.522, 4.572/2013 (Glaycon Franco); e 4.592, 4.593, 4.600, 4.605, 4.619, 4.631, 4.637, 4.639, 4.642, 4.649, 4.658, 4.676, 4.744/2013 (Gustavo Valadares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.898, 3.547/2012 e 3.951, 3.992, 4.133, 4.327, 4.363, 4.397, 4.444, 4.463, 4.479, 4.522, 4.572, 4.592, 4.593, 4.600, 4.605, 4.619, 4.631, 4.637, 4.639, 4.642, 4.649, 4.658, 4.676 e 4.744/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.

Doutor Wilson Batista, presidente - João Leite - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/2/2014

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Danilo de Castro, secretário de Estado de Governo, informando que o governador do Estado assinará uma autorização para licitação de obras de seis presídios no dia 11/2/2014; e *e-mails* do Sr. Leopoldo Castenolvo de Paula, encaminhando, por meio do *site* Fale com a Assembleia, pedido para que os deputados verifiquem a situação dos militares antigos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar com relação às promoções. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Rodrigo Xavier da Silva, ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais (25/1/2014), Wagner de Oliveira Cavaliere, juiz de Direito, Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Estado de Defesa Social, Coronel PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (6/2/2014). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.763/2013, em turno único, do qual designou como relator o deputado Leonardo Moreira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.946, 6.948, 6.950, 6.954, 6.956 a 6.975, 6.977 e 6.978/2014.



Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 8.978/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso à Polícia Federal pela operação que resultou na apreensão de 35 quilos de cocaína, avaliados em R\$ 700.000,00, e na prisão de duas mulheres que traziam a droga de São Paulo para Belo Horizonte;

- nº 8.979/2014, dos deputados Duarte Bechir, Sargento Rodrigues e João Leite, em que solicitam seja encaminhada manifestação de pesar aos familiares do cinegrafista Santiago Ilídio de Andrade, morto após ser atingido por explosivo em protesto no Rio de Janeiro, sendo ressaltado o ato humanitário deles de autorizarem a doação dos órgãos do cinegrafista e, ainda, seja encaminhada manifestação de pesar à Rede Bandeirantes de Televisão, à Associação Brasileira de Imprensa, à Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, à Federação Nacional dos Jornalistas, ao Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais e ao Sindicato dos Radialistas de Minas Gerais;

- nº 8.980/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado voto de congratulações com o Major PM Marcos Serpa pela recente assunção do Comando da 161ª CIA PM de Campo Belo;

- nº 8.981/2014, dos deputados Lafayette de Andrada, Pompílio Canavez, Tiago Ulisses, Bonifácio Mourão, Sávio Souza Cruz, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a convocação dos excedentes ao cargo de perito criminal do concurso público realizado no âmbito da Polícia Civil, tendo em vista as inúmeras reivindicações dos 180 candidatos a cerca de 160 vagas disponíveis, considerando os cargos criados pela Lei Complementar nº 129, de 2013;

- nº 8.982/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que ceda à Polícia Militar o imóvel até então ocupado pelo Fórum da Comarca de Barão de Cocais, para a devida instalação e aprimoramento das atividades do Quartel no Município;

- nº 8.986/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de João Pinheiro, à Subsecretaria de Administração Prisional e à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que investiguem os atos de corrupção, assédio moral e sexual, desvio de verbas, liberação de presos sem a devida autorização judicial, além da cobrança de valores para emissão de "carteirinha de visitação", entre outros atos supostamente praticados pelo diretor-geral da Unidade Prisional de João Pinheiro, Sr. Leomar Braz da Silva, objetos do Inquérito Civil nº MPMG-0363.12.000162-5;

- nº 8.988/2014, do deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita seja encaminhado ao Comando Geral da PMMG pedido de providências para intensificar as ações de segurança pública no Município de Bocaiuva, com o consequente aumento do efetivo policial e a reabertura de um posto policial que foi desativado no Distrito de Engenheiro Dolabela;

- nº 8.989/2014, do deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para verificar a possibilidade de reinstalar a Companhia da Polícia Militar no Município de Paraopeba;

- nº 8.991/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública para debater, em audiência pública, a segurança no Bairro Buritis, tendo em vista o aumento da criminalidade no local, sobretudo dos crimes contra a vida;

- nº 8.992/2014, do deputado Tenente Lúcio, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública no Município de Monte Carmelo para discutir, em audiência pública, as questões pertinentes à segurança pública local.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.

João Leite, presidente - Cabo Júlio - Sebastião Costa.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/2/2014

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Rômulo Veneroso, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a legislação de proteção aos animais e a autonomia normativa dos estados e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. Carlos Alberto Oliveira Leite e Éber Marcelo Bundchen, encaminhados por meio do Fale com a Assembleia, em que, respectivamente, sugere a construção de um parque em área de reserva localizada próximo à nova catedral de Belo Horizonte, e manifesta a sua insatisfação pela aprovação da Lei nº 21.159, de 2014, que proíbe a utilização de animais em espetáculos circenses no Estado; ofícios dos Srs. José Fernando Coura, presidente do Sindextra e do Instituto Brasileiro de Mineração; Antônio Eduardo Macedo, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico em exercício; da Sra. Maria Dalce Ricas, superintendente executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda - e do Sr. Alceu José Torres Marques, coordenador do CAO-MA, que indicam representantes para compor o grupo de trabalho para estudar o desenvolvimento sustentável no Sinclinal Moeda; do Sr. Antônio Eustáquio Vieira, presidente do Movimento Verde de Paracatu, em que encaminha revista contendo relatório do evento Descida ao Paracatu 2013; e do deputado Cabo Júlio, presidente da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Fábio Caldeira Castro Silva para ouvidor-geral, informando que a Ouvidoria-Geral disponibilizará suas ouvidorias setoriais para prestarem contas semestralmente perante as comissões temáticas desta Casa. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado da Casa Civil e de Relações Institucionais (25/1 e 6/2/2014); e do Sr. Alceu José Torres



Marques, coordenador do CAO-MA (25/1/2014). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Tânia Almeida Pereira, assistente ambiental da Superintendência de Atendimento e Controle Processual; Armanda Costa Pereira Santos, analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF -; Valéria Maria de Andrade Almeida, fiscal agropecuário do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -; Leidiane Aparecida Gouvea, membro da Comissão de Direitos dos Animais da OAB-MG; Adriana Cristina Araújo, integrante do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais; e Lilian Marotta Moreira, promotora de justiça do Meio Ambiente; e os Srs. Daniel Colen, coordenador de Fiscalização da Fauna da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Gilberto Alves de Faria Moratto, consultor ambiental da Associação Mineira de Municípios; e Heron José de Santana Gordilho, promotor de justiça do Estado da Bahia, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, deputado Célio Moreira, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A comissão recebe da Sra. Tânia Almeida Pereira cópia do Acordo de Cooperação Técnica para Gestão Compartilhada dos Recursos Faunísticos que entre si celebram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama - e o Estado de Minas Gerais. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.983/2014, do deputado Rômulo Veneroso, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, reclamações e denúncias relatadas por moradores do Município de Betim sobre supostas irregularidades cometidas pela Refinaria Gabriel Passos - Regap - com relação ao tratamento do refino de petróleo, especialmente o armazenamento do enxofre. A presidência recebe os seguintes requerimentos:

- nº 8.984/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a implantação do Corredor Ecológico do Sul de Minas;

- nº 8.985/2014, do deputado Antonio Lerin, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a criação de uma delegacia especial de proteção aos animais contra crimes e maus tratos no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.

Célio Moreira, presidente - Luzia Ferreira - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/2/2014

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Fábio Cherem e Rogério Correia (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogerio Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício dos Srs. Juliano Rafael Camargos de Oliveira, gerente regional, e Constantino Dias Neto, superintendente regional Centro-Oeste de Minas, ambos da Caixa Econômica Federal, e de correspondência do Sr. Djalma Bastos de Moraes (3) publicados no Diário do Legislativo em 6/2/2014. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, ao Projeto de Lei Complementar nº 45/2013 (relator: deputado Paulo Lamac). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 8.999/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita ao Hospital Júlia Kubistchek, em Belo Horizonte, para conhecer as condições de funcionamento dessa instituição hospitalar;

- nº 9.000/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado ao Instituto de Geoinformação e Tecnologia - Igtex - pedido de informações detalhadas sobre o exato traçado que compõe o limite entre os Municípios de Ribeirão das Neves e Contagem, especificamente na porção correspondente ao Bairro Xangrilá;

- nº 9.001/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a estrutura de funcionamento e a segurança nos conselhos tutelares, nos diversos municípios mineiros;

- nº 9.002/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os projetos de ampliação e melhorias nas linhas do metrô na Capital mineira, assim como a situação do seu financiamento;

- nº 9.003/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, temas relacionados a postos artesanais existentes no Município de Teófilo Otoni.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/2/2014

Às 16h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Carlos Henrique e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sávio Souza Cruz, declara



aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Leonardo Valério França Pinheiro, presidente da Câmara Municipal de Manga, questionando o andamento dos pedidos de providências feitos à Cemig na audiência pública realizada em Manga, no dia 6/5/2013 (os requerimentos em questão foram aprovados na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, que já providenciou a reiteração das solicitações à Cemig); e do Sr. Djalma Bastos de Moraes, presidente da Cemig, informando que o assunto da audiência pública ocorrida em 24/10/2013, que discutiu o custo da energia elétrica no Estado, é de competência da Aneel e por isso não julgou pertinente a participação da Cemig nesse debate; e *e-mail* do Sr. Luis Zeti Novato, encaminhado por meio do Fale com a Assembleia, manifestando-se contra o aumento da tarifa de energia elétrica pela Cemig. A presidência comunica ainda o recebimento de ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, publicados no *Diário do Legislativo* em 7 e 20/12/2013. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.036, 6.128, 6.255 e 6.869/2013 e rejeitado o Requerimento nº 6.129/2013. Em virtude de aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, é adiada a votação dos Requerimentos nºs 6.130 e 6.256/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.123/2013, do deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de providências para o envio de planilhas com informações sobre o custo operacional da prestação de serviço de iluminação pública e o inventário dos ativos de iluminação pública de cada município da área de atuação da empresa;

nº 8.124/2013, do deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja enviado à Secretaria de Fazenda pedido de providências para o envio de informações sobre: qual dispositivo normativo autoriza o Estado a aplicar a técnica de "cálculo do imposto por dentro" para apuração do valor do ICMS nas contas de energia elétrica; qual seria a alíquota do ICMS se o Estado não aplicasse a técnica de "cálculo do imposto por dentro" para fins de apuração desse tributo nas contas de luz de consumidores urbanos e rurais, de modo a não ocasionar perda de receita para o erário; a existência de obrigatoriedade da aplicação da técnica de "cálculo do imposto por dentro" para apuração das contas de energia elétrica; o valor estimado de receita anual que o Estado deixa de arrecadar em decorrência da isenção de ICMS para consumidores residenciais urbanos e rurais de até 90kWh/mês; a relação dos demais Estados da Federação que adotam a isenção de ICMS para consumidores residenciais urbanos e rurais de até 90kWh/mês; a relação dos demais Estados da Federação que adotam a técnica de "cálculo do imposto por dentro" para apuração do ICMS nas contas de energia elétrica; a relação das alíquotas de ICMS praticadas pelos demais Estados da Federação para consumidores residenciais urbanos e rurais de energia elétrica; se o convênio celebrado pelo Estado com o Confaz respalda a isenção de ICMS para consumidores residenciais urbanos e rurais de até 90kWh/mês; quanto o ICMS cobrado por energia elétrica representa no total da arrecadação do Estado; e em quanto se reduziria a arrecadação do Estado se a isenção do ICMS sobre o consumo de energia passasse a atingir consumidores de até 150 kWh/mês;

nº 8.125/2013, do deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja enviado à Cemig pedido de informações sobre: as exigências das legislações federal e estadual quanto a informações obrigatórias nas contas de energia elétrica; as normas federais ou o padrão estabelecido pela Aneel para *layout* da conta de energia elétrica; o número de consumidores residenciais urbanos e rurais de energia elétrica da Cemig; e o percentual de consumidores residenciais urbanos e rurais de energia elétrica da Cemig que se enquadram no consumo mensal de até 90kWh/mês; e

nº 8.126/2013, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o percentual, no total das contas de energia elétrica, representado pelos tributos e encargos federais, por faixa de consumo.

Em virtude de aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, é adiada a votação do Requerimento nº 8.127/2013, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião dessa comissão para debater, em audiência pública, o resultado do plebiscito da energia realizado por organizações da sociedade civil.

São recebidos, para posterior votação, os requerimentos:

nº 9.004/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral - Seção Minas Gerais pedido de providências, instruído com cópia em inteiro teor da justificativa do requerimento, para apuração de denúncias constantes no processo administrativo de concessão de pesquisa nº 833.613/2006, em que Dorotides Resende Borges e Imar Borges de Resende acusam, por meio do processo nº 48403-933043/2012-15, Fernando Esteves Fernandes por irregularidades (tal denúncia tem representação em tramitação no Ministério Público Federal sob o nº 122003000288201301);

nº 9.005/2014, do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja realizada reunião desta comissão, com convidados, para debater a implantação de gasoduto em Uberaba, que atenderá a Unidade de Fertilizantes Fosfatados, fábrica de amônia da Petrobras; e

nº 9.006/2014, do deputado Tiago Ulisses, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a implantação do gasoduto que liga Betim a Uberaba, que atenderá a fábrica de amônia localizada naquele município, bem como as de outros municípios situados em seu percurso.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.

Sávio Souza Cruz, presidente – Lafayette de Andrada – Antônio Carlos Arantes – Wander Borges – Tiago Ulisses.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/2/2014

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Arlen Santiago, Doutor Wilson Batista e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Arlen Santiago, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Cabo Júlio, presidente da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado, informando que a Ouvidoria-Geral do Estado disponibilizará suas ouvidorias setoriais temáticas para prestação de contas semestrais nesta Casa; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 6/2/2014: ofícios do Sr. Douglas Szefer, diretor substituto de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidência da República, e do Sr. Alexandre Pires de Lima, diretor da Secretaria-Geral e do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei n°s 4.791/2013 (Doutor Wilson Batista) e 4.794/2013 (Pompílio Canavez), ambos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei n° 4.600/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

n° 8.954/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a inclusão de terapias integrativas na sociedade; e

n° 9.010/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas à doação de vans para o transporte de pacientes dos Municípios de Campo Azul, Cristália, Cônego Marinho, Itacambira, Mato Verde, Oliveira, Leme do Prado e Indaiabira.

São recebidos para posterior apreciação os requerimentos do deputado Wander Borges:

n° 9.017/2014, em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, discutir diretrizes para o tratamento de diabetes, em especial o fornecimento de glicosímetros; e

n° 9.018/2014, em que solicita seja encaminhado ao ministro da Saúde pedido de informações sobre os procedimentos da tabela do SUS que não tiveram seus valores reajustados nos últimos 10 anos, bem como a data do último reajuste de cada procedimento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.

Arlen Santiago, presidente - Doutor Wilson Batista - Pompílio Canavez.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/2/2014

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Glaycon Franco e Marques Abreu, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, e do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social, publicados no *Diário do Legislativo* em 6/2/2014. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei n°s 4.368 e 4.606/2013 com a Emenda n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Vanderlei Miranda). Registra-se a presença do deputado Célio Moreira. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei n° 3.951/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento n° 9.008/2014, do deputado Vanderlei Miranda, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, no Município de Manhuaçu, o enfrentamento ao uso de *crack* e outras drogas naquela localidade e região. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente – Glaycon Franco – Liza Prado.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/2/2014

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Henrique, Bonifácio Mourão (substituindo o deputado Sebastião Costa, por indicação da liderança do BTR) e Wander Borges (substituindo o deputado Duílio de Castro, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião



anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.553/2012 (relator: deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.096/2013, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo deputado Dalmo Ribeiro da Silva. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.472/2013 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Duílio de Castro - André Quintão - Cabo Júlio.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/2/2014

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Romel Anízio, Ulysses Gomes e Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a debater as medidas adotadas pelo Contran, por meio de resolução que contém novas exigências que afetam os centros de formação de condutores, e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parêntese: ofícios dos Srs. Nelson Campos, secretário executivo do Fundo de Defesa de Direitos Difusos e Ronaldo J. G. Roggini, superintendente regional da CEF (19/12/2013); da Sra. Ivanilde Nascimento de Castro, coordenadora-geral de Execução Orçamentária e Financeira do Ministério da Cultura, e dos Srs. Arnoldo de Campos, secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Fabrício Torres Sampaio, secretário adjunto de Transportes (28/12/2013); da Sra. Adriene Andrade, presidente do Tribunal de Contas (20/12/2013); e da Sra. Romana Pessoa Picanço, chefe da Divisão de Convênios do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e dos Srs. Marx Fernandes dos Santos, gerente regional da CEF (2); Clodoaldo Gomes Rosestolato, gerente de negócios do Banco do Brasil, e do FNDE (551) (25/01/2014); dos Srs. Carlos Leonardo de Araújo Delgado, gerente da GTES/DEFIN/AF (2); José Pereira da Silva, diretor (substituto) do Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional (2), (30/01/2014); Antônio Augusto Junho Anastasia, governador do Estado, Luiz Fabrício Vieira Neto, diretor de políticas penitenciárias do Ministério da Justiça, e Marcílio de Souza Magalhães, superintendente federal de Agricultura no Estado (6/2/2014). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.376/2013 (deputado João Vítor Xavier); 4.719/2013 (deputado Lafayette de Andrada) e 4.739/2013 (deputado Romel Anízio), no 1º turno. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria Cristina Hoffmann, coordenadora-geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito, representando o Sr. Morvam Cotrim Duarte, presidente do Contran e diretor do Denatran, e os Srs. Anderson França de Menezes, chefe da Divisão de Habilitação, representando o Sr. Oliveira Santiago Maciel, diretor-geral do Detran/MG; Rodrigo Fabiano da Silva, presidente do Sindicato dos Proprietários de Centros de Formação de Condutores de Minas Gerais - Siprofc; Paulo Vertis e Venício Feliciano, dos Centros de Formação de Condutores de Uberaba e Canápolis, respectivamente; Magnelson Carlos de Souza, da Federação Nacional das Auto Escolas, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença das Sras. Rosely Fantony, membro da Câmara Temática de Educação para o Trânsito e Cidadania do Contran, e Maria Cecília Lopes de Abreu, do Detran-MG; e dos Srs. Renato Moraes, Armindo de Almeida e Roger Otoni, dos Centros de Formação de Condutores de Ituiutaba, Prata e Monte Alegre de Minas, respectivamente; Rodrigo Colamarca Duarte e Marco Aurélio Marques, da Prodemge. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença da deputada Luzia Ferreira e do deputado Antônio Lerin. Logo após, o presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os seguintes pareceres: pela ratificação, por meio de projetos de resolução, do regime especial de tributação encaminhado pela Mensagem nº 508/2013, e dos Convênios ICMS nºs 100, encaminhado pela Mensagem nº 554/2013; 59 a 62, 65 a 73, 75 a 77, 79, 87, 88, 91 e 92, encaminhados pela Mensagem nº 556/2013; 53, encaminhado pela Mensagem 557/2013; 109, encaminhado pela Mensagem 558/2013; 111, 114, 123 a 125, 130, 133 e 1355, encaminhados pela Mensagem 559/2013 (relator: deputado Romel Anízio): pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 799/2011 na forma do Substitutivo nº 3: e pela rejeição dos Substitutivos nº 2, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 3.799/2013 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.11/2012 (relator: deputado Romel Anízio). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o seguinte requerimento:

- nº 9.036/2014, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita sejam ouvidos nesta reunião os Srs. Paulo Vertis e Venício Feliciano, dos Centros de Formação de Condutores de Uberaba e Canápolis, respectivamente, e Magnelson Carlos de Souza, da



Federação Nacional das Autoescolas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - Romel Anizio - Ulysses Gomes - Liza Prado.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/2/2014

Às 10 horas, comparece na Casa de Saúde Padre Damião, localizada no Município de Ubá, o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Está presente também a deputada Maria Tereza Lara. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater e buscar soluções para os problemas existentes na Casa de Saúde Padre Damião de Ubá, especialmente no que se refere à violação de direitos humanos. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Magda Levantezi, representante do Ministério da Saúde - Brasília-DF; Maria Lúcia Barcelos, diretora do Sind-Saúde; Mônica Fernandes Abreu, representante da Asthemg-BH; e os Srs. Edvaldo Baião Albino, prefeito municipal de Ubá; Cleverson Mosqueira, diretor da Casa de Saúde Padre Damião da Fhemig - Ubá-MG; Henrique Timo Luz, diretor assistencial, representando Antônio Carlos de Barros Martins, presidente da Fhemig; José Afrânio da Silva, representante do Morhan; Tiago Savio Moreira Possas, assessor do Complexo de Reabilitação e Cuidado ao Idoso; Thiago Flores, coordenador estadual do Morhan; José Nascimento da Silva, morador da Casa de Saúde Padre Damião; Cláudio Ponciano, secretário municipal de saúde de Ubá, que são convidados a tomar assento à mesa. O deputado Durval Ângelo e a deputada Maria Tereza Lara, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem, suas considerações iniciais. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.

Durval Ângelo, presidente - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Duarte Bechir.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/2/2014, às 9 horas, no Salão Paroquial do Município de Medina, para debater, com a presença de convidados, as condições de segurança pública no município e para discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2014.

João Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ana Maria Resende e os deputados Almir Paraca e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/2/2014, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 4.254/2013, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência no âmbito do Estado de Minas Gerais; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2014.

Liza Prado, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.827/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Gustavo Corrêa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Evangélica Missionária de Salto da Divisa, com sede no Município de Salto da Divisa.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.827/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Evangélica Missionária de Salto da Divisa, com sede no Município de Salto da Divisa, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Com esse propósito, a instituição oferece assistência social, educacional, cultural e à saúde e promove ações para proteger o meio ambiente.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade retificar o texto do art. 1º da proposição para adequar seu nome ao disposto em seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação com a comunidade do Município de Salto da Divisa, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.827/2013, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.215/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Dilzon Melo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Sítio Esperança, com sede no Município de Lambari.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.215/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Sítio Esperança, com sede no Município de Lambari, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a prestação de assistência social, buscando a valorização do ser humano.

Com esse propósito a instituição desenvolve e mantém obras, programas e projetos de inclusão social; realiza projetos de natureza cultural; promove a universalização e o acesso aos direitos sociais das famílias; executa programas de defesa e preservação do meio ambiente.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação com a comunidade do Município de Lambari, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.215/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.607/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Luiz Henrique, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Nova Esperança – Inoves –, com sede no Município de Virgem da Lapa.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.607/2013 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Nova Esperança – Inoves –, com sede no Município de Virgem da Lapa, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a proteção e recuperação do meio ambiente e a reabilitação de pessoas ou grupos com comportamento de risco.

Com esse propósito, a instituição estimula a preservação de áreas ecologicamente importantes, conservando a biodiversidade e criando unidades de conservação ambiental; oferece assistência médica ambulatorial e hospitalar gratuitas; desenvolve programas de conscientização e formação para líderes comunitários; promove alfabetização de adultos e disponibiliza reforço escolar para estudantes.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação com a comunidade do Município de Virgem da Lapa, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.607/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2014.



Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.731/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria da deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Frei Inocêncio, com sede no Município de Pescador.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.731/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Frei Inocêncio, com sede no Município de Pescador, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo promover a proteção e o amparo a idosos, pessoas com deficiência, em situação de rua e outros públicos vulneráveis.

Na consecução de seu propósito, a instituição oferece alojamento, assistência médica e odontológica a idosos e a pessoas com deficiência, promove ações de prevenção, habilitação, reabilitação e de inclusão comunitária dessas pessoas e desenvolve ações de integração no mercado de trabalho para seus beneficiários, por meio da promoção de cursos profissionalizantes.

A entidade atua, ainda, em diferentes áreas, como desenvolvimento socioeconômico, cultural e educacional, por meio de projetos, como forma de atender às demandas da comunidade local.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Frei Inocêncio para os idosos e pessoas com deficiência do Município de Pescador, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.731/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.773/2013

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência Relatório

De autoria do deputado Dinis Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João del-Rei, com sede no Município de São João del-Rei.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.773/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João del-Rei, com sede no Município de São João del-Rei, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover a assistência social, a educação, a saúde, o trabalho, a cultura e o esporte para a pessoa com deficiência.

Com esse propósito, a instituição presta serviços de habilitação e reabilitação de seus assistidos, promovendo sua integração à vida comunitária, oferece educação especial e executa ações na área da saúde, buscando contribuir para a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Apae de São João del-Rei em prol do bem-estar da pessoa com deficiência desse município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.773/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2014.

Liza Prado, relatora.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O presidente despachou, em 19/2/2014, a seguinte comunicação:

Do deputado Bosco em que notifica o falecimento do Sr. Atanagildo Côrtes, ocorrido em 16/2/2014, em Araxá. (- Ciente. Oficie-se.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 17/2/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Luzia Ferreira

exonerando Julio Cesar Nogueira Soares do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
exonerando Lucia Helena Hilario Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
exonerando Wellder Costa Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Caio de Barros Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;
nomeando Josafa Anderson de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;
nomeando Julio Cesar Nogueira Soares para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas.

**ERRATA****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39/2012**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/10/2013, na pág. 35, no título, onde se lê:

“PARECER PARA O 1º TURNO DO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39/2012

Comissão de Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2012”, leia-se:

“PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39/2012

Comissão Especial”.